

Anexos às demonstrações financeiras

Nota introdutória

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo é uma pessoa coletiva de direito público, contribuinte n.º 505 987 449 com sede no Largo Dr. Vilhena, n.º 1 em Figueira de Castelo Rodrigo.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

As notas a seguir apresentadas respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. As notas não referenciadas não são aplicáveis.

8.1 – Caracterização da entidade

A caracterização do Município foi feita num mapa próprio. Mapa apresentado em anexo.

8.2 – Notas ao Balanço e demonstração de resultados

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem neste momento inventariados todos os seus bens.

Destacamos aqui uma breve explicação para a reserva que tem sido colocada nas contas do Município, em anos anteriores, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que procede à certificação das contas do Município e que foi objeto de recomendação do Tribunal de Contas relativamente às contas do exercício de 2009.

Assim, refira-se o seguinte:

- 1- O Município sempre discordou da colocação daquela reserva nas contas;
- 2- A reserva não diz respeito à não contabilização ou contabilização errada dos Proveitos Diferidos na conta 274, contabilização que sempre ocorreu desde a implementação da contabilidade patrimonial nos exatos termos em que o define o Decreto-lei 54-A/99 de 22 de fevereiro que procedeu à implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- 3- A reserva apenas diz respeito às dúvidas que os revisores colocam no sentido de saber exatamente se todos os proveitos recebidos anteriormente à implementação do POCAL influenciam ou não os bens do ativo imobilizado.
- 4- Uma mudança de política contabilística como a implementada pelo POCAL, poderá eventualmente levar a algumas dúvidas nesta matéria, neste Município ou em qualquer outro.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

BALANÇO

ATIVO

Em 2016, procedeu-se à transferência dos investimentos registados como imobilizado em curso para imobilizado firme de todos os investimentos em utilização.

Regista-se uma alteração de princípio, uma vez que em anos anteriores apenas se procedia à transferência para imobilizado firme após a receção definitiva das empreitadas.

Considerando que alguns investimentos já se encontravam em utilização em 31/12/2015, procedeu-se ao apuramento das respetivas amortizações de anos anteriores,

no valor de 532.839,52€, registadas por contrapartida da conta 59 – Resultados Transitados.

Foram ainda regularizados das contas 44, por contrapartida da 59 – Resultados Transitados os seguintes valores:

- Donativos em espécie a famílias, realizados de acordo com o regulamento municipal, para recuperação de habitações, relativos a anos anteriores, no valor de 158.966,24€;
- Projetos realizados à mais de 3 anos, relativos a investimentos não realizados e que a Câmara Municipal não tem intenção de promover, no valor global de 250.496,90€.

Na rubrica Acréscimo de Proveitos passou a registar-se em 2016 o valor dos impostos desse mesmo ano a cobrar em 2017, nomeadamente Participação IRS, IMI e Derrama, no valor global de 494.426,25€.

PASSIVO

De forma a adequar o valor dos proveitos diferidos aos subsídios efetivamente a imputar, na sequência da transferência do imobilizado em curso e do apuramento das amortizações de anos anteriores, procedeu-se ao cálculo de subsídios relativos a anos anteriores, que totalizam 70.368,87€, regularizados por contrapartida da conta 59 – Resultados Transitados.

A dívida de Médio e Longo Prazo passou a registar, para além dos empréstimos, o valor das prestações do Fundo de Apoio Municipal cujo vencimento ocorre a mais de um ano.

FUNDO PATRIMONIAL

Na rubrica 59 – Resultados Transitados foram registadas as regularizações descritas no Ativo e Passivo, conforme se descreve no ponto 8.2.28.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

Nada a referir.

PROVEITOS E GANHOS

A rubrica de impostos e taxas passou a registar, em 2016, para o IMI e a Derrama, o valor da estimativa registada na rubrica de Acréscimo de Proveitos em detrimento dos valores cobrados nesse ano.

Situação idêntica passou a verificar-se na rubrica Transferências e subsídios obtidos, na parte correspondente às transferências Participação de IRS, via Orçamento do Estado.

Verificar detalhe na conta 8.2.28 deste mesmo anexo.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados bem como os métodos e princípios contabilísticos respeitam o POCAL e foram os seguintes:

1- Imobilizações corpóreas e bens do domínio público

As imobilizações corpóreas e os bens do domínio público encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção (IVA incluído, por não ser dedutível, exceto nos bens afetos à atividade de venda de água).

As amortizações foram efetuadas pelo método das quotas constantes e utilizadas as taxas constantes da Portaria 671/2000 de 17 de abril de (Cadastro e Inventário de Bens do Estado).

2- Existências e materiais diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, exceto nos materiais utilizados na atividade de venda de água), relativo aos

materiais aprovisionáveis destinados ao consumo, tendo sido utilizado o sistema de inventário intermitente.

3- Subsídios ao investimento

Os subsídios atribuídos ao Município para financiamento de imobilizações, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

4- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra.

5- Especialização dos exercícios

O Município regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas na medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Acréscimos e Diferimentos".

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de dezembro de 2016 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8.2.5 – Situações em que o Resultado do Exercício foi afetado.

Nada a referir.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

Não aplicável.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado constantes no Balanço e nas respetivas Amortizações e Provisões, de acordo com os quadros seguintes.

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões encontram-se discriminados nos quadros seguintes.

Importa referir, no entanto, o seguinte:

- a) Os movimentos na coluna *Aumentos* no valor de 712.154,89 €, e 378.504,04 € dizem respeito respetivamente a *Bens do Domínio Público* e *Imobilizações Corpóreas* e correspondem ao desenvolvimento normal da atividade do Município, nomeadamente ao investimento em curso e já terminado.
- b) Não houve durante o exercício de 2016 qualquer alienação por parte do município.
- c) O movimento na coluna *Reavaliação/Ajustam*, no valor de 412.946,06€, respeitantes corresponde às regularizações descritas no ponto 8.2.2., acrescidas das transferências em espécie para famílias do ano 2016, no valor 3.482,92€.
- d) O movimento na coluna *Sinistros+Abates+Transferências* apresenta as seguintes situações:
 - i) O valor de 2.443.263,84€ respeita a transferências de imobilizado em curso para imobilizado finalizado.
 - ii) Os restantes valores correspondem a abates de bens de imobilizado que se encontravam obsoletos.

Ano: 2016

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	5.935,70	0,00	0,00	0,00	84.256,98	90.192,68
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	26.178.800,62	0,00	0,00	0,00	1.845.923,46	28.024.724,08
Bens do património histórico, artístico e cultural	207.134,30	0,00	0,00	0,00	76.696,32	283.830,62
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	4.187,42	4.187,42
Imobilizações em curso	2.344.535,	-186.925,92	712.154,89	0,00	-2.197.389,51	672.374,46
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	28.736.405,62	-186.925,92	712.154,89	0,00	-186.325,33	29.075.309,26
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	11.070,98	0,00	0,00	0,00	0,00	11.070,98
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	11.070,98	0,00	0,00	0,00	0,00	11.070,98
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	570.969,84	0,00	0,00	0,00	0,00	570.969,84
Edifícios e outras construções	13.203.928,70	0,00	40.828,24	0,00	427.332,30	13.672.089,24
Equipamento básico	2.662.446,78	0,00	94.425,27	0,00	0,00	2.756.872,05
Equipamento de transporte	1.044.152,87	0,00	96.514,51	0,00	0,00	1.140.667,38
Ferramentas e utensílios	52.007,18	0,00	12.488,06	0,00	0,00	64.495,24
Equipamento administrativo	1.273.932,26	0,00	29.660,49	0,00	-51,00	1.303.541,75
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	200.191,63	0,00	10.077,50	0,00	0,00	210.269,13
Imobilizações em curso	546.362,92	-226.020,14	94.509,97	0,00	241.006,97	173.845,78
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	19.553.992,18	-226.020,14	378.504,04	0,00	186.274,33	19.892.750,41

De Investimentos Financeiros							
Partes de capital	219.641,97	0,00	0,00	0,00	0,00	219.641,97	
Obrigações e títulos de participação	507.992,32	0,00	0,00	0,00	0,00	507.999,32	
Investimentos em imóveis							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras aplicações financeiras							
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros títulos	1.309,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1.309,23	
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	728.950,52	0,00	0,00	0,00	0,00	728.950,52	

Amortizações e Provisões

Ano: 2016

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final	
De bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	4.212,85	-50.554,20	54.767,05
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	9.836.673,69	921.771,10	-452.902,91	11.211.347,70
Bens do patri. histórico, artístico e cultural	4855	11.181,36	5.233,90	-26.843,74	43.259,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	837,48	0,00	837,48
		9.847.855,05	932.055,33	-530.300,85	11.310.211,23
De imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De imobilizações corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	1.764.749,04,	146.588,40	0,00	1.911.337,44
Outras construções	48222	1.509.679,23	145.454,46	-2.538,67	1.657.672,46
Equipamento básico	4823	2.348.626,87	93.281,58	0,00	2.441.908,45
Equipamento de transporte	4824	847.588,64	36.689,79	0,00	884.278,43
Ferramentas e utensílios	4825	44.546,52	4.348,14	0,00	48.894,66
Equipamento administrativo	4826	1.184.290,33	37.522,62	40,90	1.221.772,05
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	158.696,33	2.345,41	0,00	161.041,74
		7.856.176,96	466.230,50	-2.497,77	8.326.905,23
Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00		0,00

8.2.8 – Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

Os mapas que se seguem apresentam uma descrição do ativo imobilizado, evidenciando a estrutura do imobilizado, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates e valores líquidos:

- Valor do imobilizado Bruto e Líquido

(ver mapa anexo)

- Mapa de amortizações – movimentos do exercício

(ver mapa anexo)

- Mapa de amortizações por GH

(ver mapa anexo)

- Mapa de bens abatidos por conta

(ver mapa anexo)

- Mapa de bens de investimentos financeiros

(ver mapa anexo)

- Mapa de bens do domínio público

(ver mapa anexo)

- Mapa de movimentos do exercício

(ver mapa anexo)

- Mapa de movimentos extraordinários - detalhe

(ver mapa anexo)

- Mapa com saldos de contas

(ver mapa anexo)

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

8.2.12 – Relativamente às Immobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Immobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Nos totais do imobilizado consta o valor de 2.567.754,04 € que diz respeito a immobilizações em poder de terceiros, por contrato de concessão.

Em concessão, encontra-se também imobilizado líquido no valor de 1.107.416,45 à data de 31 de dezembro de 2011 (valor disponível até à data), à EDP Distribuição – Energia, S.A.

Conforme documento emitido por aquela entidade refere-se que o tratamento contabilístico daquele património é da responsabilidade daquela entidade.

Immobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não aplicável.

Immobilizações reversíveis.

Não aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

O Município tem em locação um edifício (ex-Lacticínios), cuja posição contratual pertencia à Figueira Verde e que o Município assumiu em 2011, estando por pagar no final do ano o valor de 88.482,64 €.

Para além daquele bem, o Município adquiriu em 2014, dois veículos ligeiros de passageiros em Leasing, estando em dívida no final do ano, o valor de 16.227,56 €.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

O mapa seguinte apresenta os bens que não foi possível valorizar pelos motivos que a seguir se apresentam:

- a) Elevado estado de degradação e período de vida útil largamente ultrapassado.
- b) Em virtude de se desconhecer o valor e ano de aquisição, tornar-se-ia necessária uma avaliação que não atingiria eficácia, uma vez que são na generalidade livros escolares fortemente usados.

- Mapa de bens sem valor*

(ver mapa anexo)

8.2.15 – Identificação dos Bens de domínio público que não são objeto de amortização e identificação das respetivas razões.

Não aplicável

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com a indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

O Município detém participações nas seguintes sociedades:

Entidade	% Part.	Parcela detida	Capital Próprio	Resultado líquido
Figueira Cultura e Tempos Livres, EM	100%	50.000,00	196.241,80	-13.924,52
Matadouro Regional da Guarda, S.A	a)	7.481,97	a)	a)
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A	0,92%	91.960,00	a)	a)
Web para a Região Centro - ADR, S.A	0,83%	2.500,00	a)	a)
Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.	1,57%	62.780,00	a)	a)
Fundação Museu do Douro	a)	4.920,00	a)	a)
Fundo de Apoio Municipal	a)	507.999,32	a)	a)
		727.641,29		

a) Dados financeiros não disponíveis

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos negociáveis" e "Outras Aplicações de tesouraria", indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de Balanço.

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo não dispõe de investimentos em Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

8.2.18 – Discriminação da conta "Outras Aplicações Financeiras", com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores nominais e valores de Balanço.

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo não dispõe de Outras Aplicações Financeiras.

8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Nada a referir.

8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

As dívidas de cobrança duvidosa registadas na conta 218 apresentam um valor de 121.590,48 € e dizem respeito à venda de *água e serviço de saneamento*. O Município criou provisões para aquele valor de acordo com o quadro referente à nota 8.2.27.

8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Não existem dívidas ativas ou passivas para com o pessoal da autarquia.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"

Não existem dívidas em mora incluídas na conta Estado e Outros Entes Públicos.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas

O mapa seguinte apresenta uma desagregação das garantias e cauções prestadas, encontrando-se desagregado na contabilidade por obra e fornecedor.

Ano: 2016

8.2.26 - Contas de Ordem

Unidade: Euros

Contas		SALDO		MOVIMENTO ANUAL		SALDO	
		GERÊNCIA ANTERIOR				GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	960.626,30		72.532,27		1.033.158,37	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	5.490,48				5.490,48	
09322	Prestadas por Fornecedores de imobilizado	955.135,82		72.532,27		1.027.668,09	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				106.271,16		106.271,16
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de imobilizado				106.271,16		106.271,16
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		960.626,30		72.532,27	106.271,16	926.887,41	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro						
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança				0,00			
Total		960.623,30		72.532,27	106.271,16	926.887,41	

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte

Os movimentos ocorridos no exercício nas contas de provisões constam do quadro que se segue:

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Ano: 2016

Unidade: Euros

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	95.678,08	25.022,96	0,00	120.701,04
292	Provisões para Riscos e Encargos	1.002.871,76	187.716,72	0,00	1.190.518,48
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

As provisões para cobranças duvidosas foram criadas com base na dívida que se encontra na conta 218, da seguinte forma:

- a) 100% para valores em dívida com mais de 12 meses
- b) 50% para valores em dívida com mais de 6 meses

A rubrica Provisões para Riscos e Encargos apresenta um saldo que ascende a 1.190.518,48€ e que na sua essência corresponde ao reconhecimento da responsabilidade, estimada, que resultará do desfecho dos processos judiciais em curso, e que é Autora a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (Águas do Zêzere e Côa, S.A.) e Réu este Município.

A existência desta Provisão, justifica-se pela generalidade das faturas em disputa não se encontrarem relevadas na contabilidade do Município.

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.

Os movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 constam do quadro que se segue:

Contas	Descrição Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Transferências	Saldo Final
51	Património		19.760.119,34				19.760.119,34
55	Ajustamentos Partes Capital						
56	Reservas de Reavaliação						
571	Reservas Legais		300.418,20				300.418,20
572	Reservas Estatutárias						
573	Reservas Contratuais						
574	Reservas Livres						
575	Subsídios		37.274,74				37.274,74
576	Doações						
59	Resultados Transitados	a)	-794.150,37	559.855,50	942.302,66	35.445,87	-1.141.151,66
88	Resultado Líquido	a)	35.445,87	517.253,49	35.445,87		517.253,49
			19.339.107,78	1.107.108,99	977.748,53	35.445,87	19.473.914,11

- a) O Município tem por política transferir no início do ano seguinte a totalidade do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior para a conta de resultados transitados, efetuando apenas no final do ano o registo da aplicação do resultado de acordo com a aprovação da proposta de aplicação de resultados prevista no Relatório de Gestão quando este é positivo.

Os movimentos registados na rubrica 59 - Resultados Transitados correspondem:

- Nos Aumentos registaram-se os seguintes movimentos:
 - Regularização do valor da imputação dos subsídios ao investimento, relativo a anos anteriores, em conformidade com o descrito no ponto 8.2.2, no valor de 70.368,87€;
 - Regularização do valor dos impostos cobrados em 2016, relativos a 2015, em função da alteração do princípio de contabilização descrito no ponto 8.2.2, pelos seguintes valores:
 - IMI 387.448,60€;
 - Derrama 43.296,03€;
 - Participação IRS 58.742,00€.
- Relativamente às Diminuições, conforme descrito no ponto 8.2.2, na parte do Ativo, registaram-se os seguintes movimentos:
 - Regularização, por contrapartida da conta 44 – Imobilizado em curso:
 - Valor das Transferências em espécie para as famílias, relativo a anos anteriores, no valor de 158.966,24€;
 - Valor dos Projetos de investimento, com mais de 3 anos e sem execução, no valor de 250.496,90€;
 - Valor das amortizações de anos anteriores, resultante da alteração do princípio da transferência do imobilizado em curso para firme, no valor de 461.947,78€.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Figueira de Castelo Rodrigo

Ano: 2016

Unidade: Euros

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	29.182,76
Compras	391.657,56	66.077,01
Regularizações de Existências	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	-30.069,36
Custos no Exercício	391.657,56	65.190,41

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

8.2.32 - Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2016

Unidade: Euros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	93.136,36	186.190,51	781	Juros obtidos	3.224,47	43,51
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	22.444,02	1.697,36
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	6.689,06	7.169,76	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-74.156,93	-191.619,40	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		25.668,49	1.740,87			25.668,49	1.740,87

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Demonstração de resultados extraordinários

Ano: 2016

Unidade: Euros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	222.562,35	508.097,33	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	10,10	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios e penalidades contratuais	186,89	680,87
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	425.414,89
697	Correções relativas a exercícios anteriores	32.856,91	632.320,92	797	Correções relativas a exercícios anteriores	32.995,56	156.149,52
698	Outros custos e perdas extraordinárias	1,39	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	386.690,94	399.528,63
699	Outros Custos e Perdas	0,00	0,00				
	Resultados extraordinários	164.442,64	-158.644,34				
		419.873,39	981.773,91			419.873,39	981.773,91